ISSN: 2358-8829

A CATEGORIA PAISAGEM NO ENSINO DE GEOGRAFIA: REFLEXÕES A PARTIR DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ana Taisa Pereira da Silva [1]

INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia na Educação Básica tem passado por significativas reestruturações no cenário brasileiro contemporâneo, impulsionadas pela homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela posterior adequação dos referenciais estaduais, a exemplo do Documento Curricular do Tocantins (DCT). No centro das discussões sobre a formação do pensamento espacial e o desenvolvimento do raciocínio geográfico nos anos finais do Ensino Fundamental, encontra-se a categoria paisagem. Longe de ser compreendida apenas como um mero panorama visual, cenário estético ou "quadro estático", a paisagem se constitui como uma categoria fundamental para a leitura crítica do mundo e do espaço vivido pelos estudantes.

A paisagem traduz a materialização das relações dinâmicas e historicamente construídas entre a sociedade e a natureza. Ela reúne elementos visíveis e invisíveis, articulando formas, funções, estruturas e processos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Na transição do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental, fase em que o estudante sai da abordagem integrada das Áreas do Conhecimento nos anos iniciais para a especialização por componentes curriculares, o conceito de paisagem atua como ponte cognitiva essencial. É por meio desse conceito que o educando compreende como as ações humanas e as dinâmicas naturais moldam e transformam o meio ao longo do tempo.

A categoria paisagem é um dos conceitos chaves do pensamento geográfico, sua compreensão é essencial para a leitura geográfica do mundo. Autores como Humboldt (1970) e Santos (1996) mostraram a profundidade desse conceito, que vai

[1] Mestranda da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, ana.taisa@ufnt.edu.br; O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Código de financiamento 001.

ISSN: 2358-8829

além da descrição (tudo áquilo que a visão abarca), englobando as mudanças sociais, culturais e temporais que a moldam.

Dessa forma, "a paisagem, como objeto de estudo nas salas de aula, permite aos educandos, uma melhor possibilidade de compreensão de sua realidade" (Silva, 2021, p.14). Compreendemos que, fazer a leitura da paisagem pode ser uma forma interessante de desvendar a história do espaço considerado, quer dizer, a história das pessoas que ali vivem (Callai, 2001). Ressaltamos, ainda, que a análise da paisagem deve partir do indivíduo que o estuda

No cenário educacional brasileiro atual, a BNCC se destaca como o documento que estabelece o que é essencial aprender na educação básica. Nesse sentido, esta pesquisa, ligada ao mestrado em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGEO- UFNT), busca examinar como o conceito de paisagem é abordado na BNCC e no Documento Curricular do Tocantins (DCT). A questão central é: de que maneira o conceito de paisagem proposto pela BNCC e DCT, auxiliam no desenvolvimento do ensino-aprendizagem em Geografia? Ao analisar as diretrizes curriculares, o estudo visa entender as noções de paisagem presentes nesses documentos e seus possíveis efeitos no ensino nas escolas do Tocantins, colaborando para a discussão sobre a aplicação do currículo e o desenvolvimento do raciocínio espacial dos alunos.

Apesar da robustez teórica presente na literatura acadêmica (com contribuições de autores consagrados como Milton Santos, Helena Copetti Callai e Lana de Souza Cavalcanti), a mobilização efetiva do conceito de paisagem no cotidiano das salas de aula enfrenta gargalos operacionais e metodológicos significativos. Observa-se recorrentemente uma dicotomia entre a proposta normativa dos documentos oficiais (BNCC e DCT) e as práticas pedagógicas adotadas. De um lado, os documentos prescrevem um ensino pautado na investigação, na análise da realidade local e no protagonismo do estudante. De outro, a rotina escolar é frequentemente engessada por currículos extensos, escassez de materiais didáticos regionalizados e limitações operacionais da infraestrutura pública.

Frente a essa discrepância, emergem as seguintes reflexões problemáticas: De que maneira a categoria paisagem é redefinida e operacionalizada pela BNCC e pelo Documento Curricular do Tocantins (DCT) no 6º ano do Ensino Fundamental? Como os professores de Geografia traduzem as diretrizes teóricas e curriculares oficiais em

estratégias didáticas frente à realidade das turmas regulares? De que modo a incorporação das paisagens locais (como o espaço urbano e ambiental do município de Araguaína/TO) contribui para o desenvolvimento da percepção espacial e do raciocínio geográfico dos alunos?

O estudo está sendo realizado em uma escola pública, estadual, da cidade de Araguaína, Tocantins, com as turmas do 6º ano do Ensino Fundamental, da Escola Estadual de Tempo Integral Jardenir Jorge Frederico. Araguaína, localizada no norte do estado, é a segunda maior cidade do estado do Tocantins, com uma população estimada em 183.024 habitantes. Além disso, a cidade possui 31 unidades de ensino pertencentes à rede estadual, além de escolas municipais e conveniadas. O sistema educacional estadual local é gerido pela Superintendência Regional de Educação (SRE) de Araguaína (antiga DRE).

Durante o campo realizado na escola, buscamos registrar no diário de campo aspectos sobre linguagem e conceitos utilizados pelo professor, atividades didáticas (mapas, imagens, livros, etc), participação e compreensão dos estudantes. A partir da análise das observações e registros do diário de campo, realizamos a transcrição das entrevistas por meio do recurso nativo de transcrição automática disponível no aparelho celular utilizado para a coleta dos dados, revisão e correções de eventuais inconsistências.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para atender aos objetivos propostos e captar as especificidades do fenômeno educativo em seu contexto real, esta investigação adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-explicativo e de cunho participante/estudo de caso. A abordagem qualitativa se justifica por permitir o aprofundamento das intenções, significados, valores e percepções atribuídos por professores e alunos às categorias geográficas e às dinâmicas escolares no ambiente da sala de aula.

Para o tratamento e interpretação do material empírico proveniente das entrevistas, dos diários de campo e dos documentos curriculares, adotou-se a Análise de Conteúdo, fundamentada nas diretrizes metodológicas de Laurence Bardin (1977). A análise percorreu três fases estruturantes:

ISSN: 2358-8829

- **Pré-análise:** Leitura flutuante de todo o corpus textual constituído (transcrições de entrevistas, notas de campo e excertos do PPP e dos currículos), seleção dos documentos pertinentes e formulação de hipóteses interpretativas iniciais.
- **Exploração do Material:** Processo de codificação, no qual o texto foi fatiado em unidades de registro (frases e parágrafos significativos) e categorizado segundo afinidades temáticas e conceituais.
- **Tratamento dos Resultados e Interpretação:** Agrupamento das unidades em categorias analíticas centrais, permitindo realizar inferências teóricas articuladas ao referencial bibliográfico da Geografia e da Educação.

As principais categorias que emergiram do processo analítico foram:

1. A conceituação de paisagem na BNCC e no DCT e suas desdobramentos no 6º ano.
2. Superação da visão descritiva: percepções docentes e o uso da realidade local de Araguaína/TO.
3. Recursos metodológicos e metodologias ativas (aulas de campo, desenhos e comparações fotográficas).
4. Desafios estruturais: densidade curricular, tempo pedagógico e a mediação do livro didático.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento norteador para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Brasil, funcionando como uma referência obrigatória para a construção dos currículos escolares. A BNCC estabelece o que os estudantes devem aprender em termos de conhecimentos, e no desenvolvimento de habilidades e competências. De acordo com Brasil (2018, p.7);

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

De acordo com Boff, Beerbaum e Silva (2025) o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) começou em 2015, por meio de um processo

ISSN: 2358-8829

participativo que envolveu educadores e a sociedade. No entanto, o documento passou por mais duas versões até chegar a sua versão final, sendo que a primeira versão da base foi lançada em 16 de setembro de 2015, e a segunda em 3 de maio de 2016 (Alves, Oliveira, 2022). De acordo com observações de Calafate (2022, p. 90) "vemos que a BNCC carrega inúmeras tradições políticas, teóricas e curriculares. Essa miscelânia de correntes evidencia as disputas travadas interna e externamente à comunidade escolar ao longo da elaboração do texto".

Como citado anteriormente, a ideia de um currículo nacional tem origem no Artigo 210 da Constituição Federal de 1988, que determina o estabelecimento de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, com o objetivo de garantir uma formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, tanto nacionais quanto regionais. (Brasil, 1988, p.210), juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e reforçada pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Além disso, a Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina como competência da União estabelecer, em colaboração com estados, distrito federal e municípios, diretrizes que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar uma formação básica comum.

Guimarães, (2018, p. 1038) propõe que "é necessário ressaltar que a existência de documentos de referência não podem eliminar a possibilidade de o professor questionar a realidade, levantar temáticas de estudo e estabelecer diretrizes para o processo pedagógico". Ou seja, os currículos prescritos como a BNCC e o DCT não devem ser compreendidos como instrumentos rígidos ou totalizantes, mas como referenciais que convivem com a autonomia do professor, cabendo a este a tarefa de interpretá-los, contextualizá-los e, quando necessário, tensioná-los à luz das especificidades do espaço em que está inserido, da realidade discente e de sua própria prática reflexiva.

Santos (2023, p.9) destaca "a relevância sobre a preocupação da BNCC em buscar superar um ensino fragmentado, onde o aluno aprenda em uma série anterior as habilidades necessárias para a série seguinte". Nesse sentido, o estudo da categoria paisagem nos conteúdos do 6º ano assumem um papel fundamental, assim como estabelece a BNCC, ao enfatizar que "o entendimento dos conceitos de paisagem e transformação é necessário para que os alunos compreendam o processo de evolução

ISSN: 2358-8829

dos seres humanos e das diversas formas de ocupação espacial em diferentes épocas" (Brasil, 2018, p.381).

Ademais, cumpre destacar que a BNCC propõe formas de ensinar a Geografia de modo que, supere a simples descrição de informações e promova estudos que contextualize à realidade do aluno (Santos, 2023). Entretanto, ressaltamos que, "é evidente a dificuldade de se trabalhar diferentes representações frente às diversidades sócio-territoriais e as identidades múltiplas dos povos brasileiros" (Diniz, Moura, 2020, p. 1672).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos através da análise documental, observações de campo e entrevistas semiestruturadas com os docentes revelam o panorama da abordagem da paisagem escolar no 6º ano do Ensino Fundamental do CEMIL Jardenir Jorge Frederico.

A análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) evidencia que a Geografia é concebida como disciplina articuladora do raciocínio espacial, tendo como objetivo capacitar o estudante a interpretar e representar o mundo em constante transformação. Entre as categorias constitutivas do pensamento geográfico (Espaço, Território, Paisagem, Região, Lugar e Natureza), a paisagem ganha relevância especial nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Na estrutura da BNCC para o 6º ano, a paisagem ganha centralidade na unidade temática "O sujeito e seu lugar no mundo". O documento normativo destaca que o conceito de paisagem e suas transformações são indispensáveis para compreender a evolução das sociedades humanas e a diferenciação das ocupações espaciais em múltiplos tempos e geografias. As habilidades centrais previstas incluem:

- EF06GE01: Comparar modificações das paisagens nos locais de vivência e em outros lugares.
- EF06GE02: Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para povos originários e comunidades tradicionais.

O Documento Curricular do Tocantins (DCT), por sua vez, amplia essa perspectiva ao exigir expressamente a territorialização e a contextualização regional das habilidades da BNCC. O DCT reitera que o estudo da paisagem não deve se limitar a cenários genéricos ou distantes da realidade do educando, devendo incorporar o reconhecimento das paisagens tocantinenses, as dinâmicas entre o rural e o urbano no

estado, e a preservação do patrimônio sociocultural e ambiental do bioma Cerrado e das comunidades tradicionais locais.

Quadro 1: Paisagem nos documentos oficiais

A CATEGORIA PAISAGEM NOS DOCUMENTOS OFICIAIS	
BNCC (Nacional)	• Foco na dimensão conceitual e no raciocínio geográfico. • Habilidades EF06GE01 e EF06GE02 no 6º ano. • Articulação entre componentes antrópicos e naturais.
DCT (Estadual/TO)	• Contextualização na realidade regional tocantinense. • Inclusão das paisagens do Cerrado e cidades locais. • Valorização das comunidades tradicionais e locais.

Fonte: Ana Taisa Pereira da Silva (2026)

Em concordância com as referências teóricas da Geografia Crítica e da Didática da Geografia, o professor entrevistado demonstrou uma clara intenção conceitual de desconstruir a visão tradicional de paisagem como mero aspecto estético ou "quadro estático". O docente reconhece a paisagem como um conceito dinâmico, profundamente marcado pela ação antrópica e pelo acúmulo de tempos históricos.

Ao ser questionado sobre como compreende a relevância da categoria no 6º ano, o professor expressou que o foco do trabalho pedagógico reside em tornar a paisagem tangível, utilizando a percepção espacial do aluno para que ele se identifique como sujeito ativo produtor do espaço geográfico. A principal estratégia relacional aplicada é a comparação temporal e espacial no município de Araguaína/TO. Ao analisar o "antes e o depois" da cidade, o professor demonstra como os elementos naturais deram lugar a infraestruturas urbanas, estradas, loteamentos e edifícios, transformando a paisagem em um registro concreto das relações de poder, trabalho e produção econômica.

As observações de campo e as narrativas docentes trouxeram à tona a importância de metodologias diferenciadas que ultrapassam a memorização e a simples leitura do livro didático. Entre as ações relatadas pelo professor do CEMIL, destacam-se a utilização de recursos audiovisuais, a análise comparativa de fotografias históricas e

ISSN: 2358-8829

recentes, a produção de cartas cartográficas simplificadas e a realização de aulas de campo.

Um dos momentos mais expressivos identificados na pesquisa foi o projeto desenvolvido no Parque Cimba, uma importante área de lazer, preservação e convivência urbana situada em Araguaína/TO. Antes de realizar a visita in loco com os alunos, o professor solicitou que cada estudante expressasse, por meio de um desenho, a sua percepção da paisagem do parque.

O resultado dessa atividade pedagógica trouxe revelações valiosas:

- **Diversidade de Percepções:** Embora todos os estudantes estivessem representando o mesmo objeto geográfico (o Parque Cimba), não houve dois desenhos idênticos. Parte dos alunos priorizou a infraestrutura construída (pistas de caminhada, equipamentos de ginástica, quadras); outros destacaram a vegetação, o riacho e a fauna; enquanto um terceiro grupo retratou as pessoas e as interações sociais ali presentes.
- **A Paisagem Apropriada:** A experiência demonstrou na prática que a apreensão da paisagem não é homogênea, mas construída subjetivamente a partir das vivências, afetividades, idades e origens sociais dos sujeitos.
- **Potencial da Aula de Campo:** Conforme apontam Paternostro e Fontes (2022), a aula de campo funciona como um laboratório vivo onde a observação direta permite ao aluno confrontar o conceito abstrato trabalhado na teoria com a realidade empírica, consolidando a leitura de mundo e o sentimento de pertencimento.

Em decorrência do ingente ritmo exigido pelo currículo regular, projetos mais ousados, aulas de campo e investigações detalhadas sobre a paisagem de Araguaína acabam sendo remetidos ou restritos às Disciplinas Eletivas. Esse fenômeno gera uma dualidade preocupante: no currículo regular de Geografia, o ensino tende a ficar refém do livro didático e de abordagens expositivas tradicionais; enquanto a investigação reflexiva da paisagem local torna-se um privilégio restrito aos alunos que cursam determinadas eletivas.

O livro didático continua sendo o principal, e muitas vezes o único, instrumento mediador do conhecimento nas salas de aula. No entanto, a análise do material adotado indicou que as imagens e exemplos que ilustram os capítulos sobre "Paisagem" priorizam metrópoles do Sudeste brasileiro ou cenários internacionais, carecendo de contextualização com a realidade da Região Norte e do Estado do Tocantins. Essa ausência da realidade local exige do professor um esforço adicional constante de complementação pedagógica com materiais próprios, o que nem sempre é viável frente à sua sobrecarga de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu mapear os contornos da abordagem do conceito de paisagem no 6º ano do Ensino Fundamental na perspectiva das diretrizes curriculares e da prática pedagógica real desenvolvida no Colégio Esportivo Cívico-Militar Jardenir Jorge Frederico (CEMIL), em Araguaína/TO.

Os achados confirmam que a paisagem se mantém como uma categoria estruturante insubstituível para o ensino de Geografia. Quando trabalhada a partir de metodologias investigativas, ativas e territorializadas na realidade do estudante, ela rompe com a passividade e a mera descrição contemplativa, transformando-se em uma potente ferramenta cognitiva para o desenvolvimento do raciocínio geográfico e para o exercício da cidadania crítica.

Demonstrou-se que a BNCC e o Documento Curricular do Tocantins (DCT) fornecem respaldo normativo adequado para uma abordagem integrada da paisagem, incentivando a comparação de modificações espaciais e a valorização das identidades culturais e ambientais. A experiência metodológica de aulas de campo e a utilização de representações gráficas pelos alunos comprovaram que o espaço vivido de Araguaína possui altíssimo valor pedagógico para a apreensão das transformações socioespaciais.

Contudo, o estudo também torna evidentes os desafios estruturais que tolhem o alcance pleno dessa proposta. A fragmentação do tempo escolar, a elevada carga horária dos docentes dividida entre múltiplas turmas e o confinamento de práticas inovadoras às disciplinas eletivas impedem que a leitura crítica da paisagem beneficie de forma contínua a totalidade dos estudantes no currículo regular.

Palavras-chave: BNCC, Documentos Curriculares, Conceitos Geográfico, Livros Didáticos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?. **Terra Livre**, n. 16, p. 133-152, 2001.

DINIZ, Vanessa Lessio; MOURA, Osmar Oliveira de. Interlocuções sobre currículo e a implementação da BNCC de geografia: buscando pedagogias decoloniais para o contexto amazônico. **Revista e-Curriculum**, v. 18, n. 4, p. 1668-1690, 2020.

GUIMARÃES, Iara Vieira. Ensinar e aprender geografia na base nacional comum curricular (BNCC). **Ensino em Re-vista**, p. 1036-1055, 2018.

HUMBOLDT, Alexander Von. *Quadros da natureza* 2° Volume. Tradução de Assis Carvalho. São Paulo: W. M. Jackson inc. editores, [1849], 1970.

PATERNOSTRO, Nathália Nascimento de; FONTES, Tereza GN. Paisagem e aula de campo. **Geopauta**, v. 6, p. e8929, 2022.

SANTOS, Emilson Oliveira dos. Da teoria à prática: a BNCC Geografia aplicada ao estudo do meio. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 13, n. 23, p. 05-24, 2023.

SANTOS, Mílton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec. 1996.